



Competências midiáticas para o consumo de informação do público com deficiência visual - Formação para cidadania

Media skills for information consumption by visually impaired people - Training for citizenship

José Roberto Escarabello Junio¹ ,Roseane Andrelo¹

¹Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - BRASIL

DOI: 10.26807/rp.v29i124.2281

Fecha de envío: 01/07/2025 | Fecha de aceptación: 22/12/2025 | Fecha de publicación: 26/12/2025

Resumo:

Em uma sociedade em que a convergência das múltiplas mídias exige habilidades comunicacionais específicas, a literacia midiática é essencial no processo de interpretação e de produção de mensagens, em especial, para pessoas com deficiência visual, visto que esse é um dos públicos que historicamente tem seus direitos negligenciados. Com isso, o artigo tem como objetivo principal compreender e analisar quais competências midiáticas são necessárias no processo de consumo de informações pelo público com deficiência visual (cegueira e baixa visão) e de que maneira desenvolvê-las, para assim, estimular o interesse na participação social, reivindicar direitos e colocar em pauta as dificuldades enfrentadas no acesso à informação e, no que tange a essa pesquisa, no acesso a informações midiáticas. Foram realizadas pesquisas bibliográfica e de campo, em instituição localizada em Bauru, Estado de São Paulo, Brasil, com entrevistas, questionário, grupo focal e anotações em diário de campo. Os resultados indicam que os participantes possuem nível baixo de competências informacionais e midiáticas e nível alto de competências técnicas. Além disso, o público percebe o capacitismo presente na mídia, porém, não apresenta a mesma percepção quando o tema aparece de forma implícita. É possível afirmar que a falta de acessibilidade online ocasiona um atraso no desenvolvimento de competências midiáticas, visto que não permite o acesso pleno do público a informações e conteúdos midiáticos.

Palavras-chave: competência midiática-informacional; cidadania, inclusão; deficiência visual, literacia midiática-informacional.

Abstract:

In a society where the convergence of multiple media requires specific communication skills, media literacy is essential in the process of interpreting and producing messages, especially for people with visual impairments, as this is one of the groups whose rights have historically been neglected. Thus, the main objective of this article is to understand and analyze which media skills are necessary in the process of information consumption by the visually impaired public (blindness and low vision) and how to develop them, in order to stimulate interest in social participation, claim rights, and raise awareness of the difficulties faced in accessing information and, in relation to this research, in accessing media information. Bibliographic and field research was conducted at an institution located in Bauru, State of São Paulo, Brazil, with interviews, questionnaires, focus groups, and field diary notes. The results indicate that participants have a low level of information and media skills and a high level of technical skills. In addition, the public perceives ableism in the media, but does not have the same perception when the theme appears implicitly. It can be said that the lack of online accessibility causes a delay in the development of media

skills, since it does not allow the public full access to media information and content.

Keywords: media-information competence; citizenship, inclusion; visual impairment, media and information literacy.

Introdução

Em uma sociedade em que a convergência das múltiplas mídias exige habilidades comunicacionais específicas, a literacia midiática é essencial no processo de interpretação e de produção de mensagens. Nesse cenário, uma pedagogia autônoma que vise emancipar cidadãos e trazê-los para a participação social, como citada pelo educador Paulo Freire (1996), é crucial principalmente entre as pessoas com deficiência visual, visto que esse é um dos públicos que mais tem seus direitos negligenciados.

No Brasil, com a Lei 13.146, de 06 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que institui, em seu título III, o direito à acessibilidade aos meios de informação e comunicação, se começa a pensar a participação e o exercício da cidadania não apenas no mundo offline, mas também no online. Esta é uma das ações de respeito a diversidade humana, equidade e inclusão social que tem sido tema crescente nos últimos anos.

Com isso, esta pesquisa tem como objetivo principal compreender e analisar quais competências midiáticas são necessárias no processo de consumo de informações pelo público com deficiência visual (cegueira e baixa visão), e de que maneira desenvolvê-las, para assim, estimular o interesse na participação social, reivindicar direitos e colocar em pauta as dificuldades enfrentadas no acesso à informação e, no que tange a essa pesquisa, no acesso a informações midiáticas.

O percurso metodológico contou com pesquisas bibliográfica e de campo, realizadas em uma instituição para pessoas com deficiência visual localizada no interior do Estado de São Paulo (Brasil), utilizando instrumentos como entrevistas com profissionais; questionário e grupo focal com alunos e diário de campo, com as observações do pesquisador.

Os resultados indicam que os participantes possuem nível baixo de competências informacionais e midiáticas e nível alto de competências técnicas. Além disso, o público percebe o capacitismo presente na mídia, porém, não apresenta a mesma percepção quando o tema aparece de forma implícita.

Acessibilidade: um caminho para a cidadania

Vivemos em uma sociedade conectada como nunca visto na história da humanidade, em que diversas mídias, digitais ou analógicas, nos informam praticamente de forma instantânea dos acontecimentos (ou parte deles). Esse avanço, porém, não significa que todas as pessoas consigam acessar a avalanche de informações e conteúdos disponibilizados no aparato midiático. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), cerca de 18,6 milhões de pessoas no Brasil possuem algum tipo de deficiência, o que corresponde a 8,9% da população. No que se refere a deficiência visual (dificuldade para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contato), a pesquisa aponta para 3,1% desta população. Neste contexto, ressalta-se a importância da acessibilidade e de se pensar em uma inclusão efetiva para o exercício da cidadania frente às barreiras criadas pela própria sociedade que dificultam a cidadania plena destas pessoas, sendo as principais: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas (Brasil, 2015).

Diniz (2007, p. 7-8) menciona que “ser cego é apenas uma das muitas formas corporais de estar no mundo. Mas, como qualquer estilo de vida, um cego necessita de condições sociais favoráveis para levar adiante seu modo de viver a vida”. A autonomia é um dos principais conceitos quando se fala em exercício da cidadania. Segundo Leite e Luvizotto (2017, p.

13), “para ter garantida autonomia e qualidade devida, a pessoa com deficiência necessita de recursos que aumentem, mantenham, ou melhorem suas capacidades funcionais; tais recursos podem também vir através de serviços e ou produtos denominados “tecnologias assistivas” ou ajudas técnicas”.

De acordo com a Lei brasileira nº 13.146, artigo 2º, de 06 de julho de 2015, “tecnologias assistivas (TA)” ou “ajudas técnicas” são “produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (Lei nº 13.146, 2015).

Mais do que meras possibilidades técnicas, portanto, a autonomia, na concepção de Freire (1996), é um processo que perpassa pelo amadurecimento ou, como ele menciona, trata-se de um “vir a ser”, que não acontece em data marcada. “É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade” (Freire, 1996, p. 67). Com isso, contrariando o que o autor chama de “educação bancária”, de domesticação, que desconsidera o ser como agente ativo da sociedade e o coloca em posição meramente cumulativa, é nítido que recursos que estimulem a participação e emancipação do sujeito sejam uma forte ferramenta para a autonomia e reconhecimento do sujeito como ser civil, político e social.

Outro ponto relevante para a pesquisa é o reconhecimento e legitimação da deficiência e da acessibilidade frente ao Estado e à sociedade para que, assim, ocorra a garantia de direitos e recursos favoráveis para a cidadania, como apontado por Leite e Luvizotto (2017).

Diniz (2007, p.11) nos diz que “o desafio está em afirmar a deficiência como um estilo de vida, mas também em reconhecer a legitimidade de ações distributivas e de reparação da desigualdade, bem como a necessidade de cuidados biomédicos”. Percebe-se que o Estado buscou reparar esse público, por exemplo, com a Lei nº 8.213, artigo 93, de 1991, também conhecida como “Lei de Cotas”, que estabelece às empresas com mais de 100 colaboradores a obrigatoriedade do preenchimento de 2% a 5% das vagas para pessoas com deficiência, ou então, a Lei nº 12.711, artigo 3, de 2012, que reserva vagas em cursos das instituições federais de ensino superior e de ensino técnico de nível médio para pessoas com deficiência, caracterizando-se como ações do Estado de estímulo à inclusão, ou então, criando a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que institui, em seu título III, o direito à acessibilidade aos meios de informação e comunicação, um dos pontos de análise desta pesquisa. Desta forma, se começa a pensar a participação e o exercício da cidadania em diversos aspectos, sendo a acessibilidade um caminho fértil para esse processo. Segundo Bock, Gesser e Nuernberg (2020, p. 367):

É preciso pensar a acessibilidade para além de algo exclusivo de pessoas com deficiência, pois ela pode servir como potencializadora da participação de qualquer pessoa, uma vez que, com a remoção das barreiras e a promoção de atitudes de cuidado, distintos sujeitos são atendidos nas suas especificidades.

Embora o acesso à informação seja garantido por lei, em uma sociedade tão conectada desde a sua estrutura, é imprescindível ir além: mais do que o acesso, propiciar uma educação para os meios de comunicação.

Com o avanço das tecnologias, a sociedade se modificou e presenciamos hoje a sociedade da informação, comunicação e conhecimento. Com isso, deve-se dar destaque para o uso das tecnologias da internet para fins de participação e inclusão social. De acordo com Leite e Luvizotto (2017, p.7):

Com a internet e as mídias digitais, as formas de comunicação e consumo de informação se modificaram, deixando de ser unilaterais - marca dos meios de

comunicação de massa - e passam a ser mais participativas e democráticas. Mesmo que de maneira limitada, considerando os problemas de acesso à rede, acessibilidade, usabilidade e conhecimento do usuário, a internet possibilita participação e interação entre os indivíduos, sendo uma forma de comunicação rápida, prática e sem barreiras geográficas. Esse ambiente online modificou a maneira como sujeitos e grupos sociais manifestam as suas demandas políticas e sociais. Os recursos e ferramentas tecnológicas de informação foram aprimorados rapidamente, democratizando de maneira inédita o acesso à informação.

Com isso, o acesso à informação e conhecimento de uso das mídias ganha destaque, tendo educação e comunicação trabalhando juntas para se pensar uma alfabetização crítica do sujeito para os meios de comunicação a fim de estimular a autonomia e o engajamento por meio das competências midiáticas que, pela definição da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, podem ser enquadradas como tecnologias assistivas (TA).

Competências midiáticas-informacionais para 'Leitura do Mundo'

De acordo com Ferrés e Piscitelli (2015, p. 3), uma competência é na maioria das vezes entendida como “uma combinação de conhecimentos, habilidades e atitudes consideradas necessárias para um contexto determinado”. De acordo com os autores, a competência midiática deve contribuir para o desenvolvimento da autonomia pessoal dos cidadãos, bem como o seu compromisso social e cultural. Outra definição para a compreensão do conceito de competência midiática é a de Farias (2017, p. 163), que a conceitua como sendo

uso das mídias de massa de maneira incisiva ou não, incluindo um entendimento bem informado e crítico das mídias, das técnicas que elas empregam e dos seus efeitos. Incluindo a capacidade de ler, analisar, avaliar e produzir a comunicação em uma série de formatos de mídias.

Logo, é nítido que as competências em mídias possuem um aspecto inclusivo por natureza. Concomitante ao pensamento de Almeida, Fernandes e Cerigatto (2021, p. 275), de que “[...] a interação com o mundo das mídias representa, para as pessoas com deficiência, uma oportunidade de participação, de inclusão na cultura atual em que vivemos, em que boa parte da realidade é mediada pelas mídias”, se vê a necessidade refletir sobre como as pessoas com deficiência visual consomem mídia e, além disso, de que maneira garantir que esse público tenha uma habilidade crítica no processo de consumo/produção de mensagens para reivindicar seus direitos garantidos por lei, seja no mundo offline ou online.

Com isso, as competências midiáticas seriam uma forma de estimular a leitura da realidade do público, a sua leitura de mundo. Freire (2015, p. 297) ressalta a necessidade de “ensinar a leitura do texto lendo o contexto histórico, a leitura da palavra ao lado da leitura do mundo. Esta dialeticidade implica, pois, na conscientização da realidade”.

Tais reflexões contribuem para a construção da temática desta pesquisa, tendo competência midiática como principal conceito, considerando o estímulo à autonomia, à cidadania e ao interesse do sujeito de compreender o cenário em que se está inserido.

Com as discussões acima, busca-se o desenvolvimento do conceito de “competência em informação” visto que, de acordo com Bruce (2003, p. 289),

[...] normalmente se entende a competência em informação como um conjunto de atitudes para localizar, manipular e utilizar a informação de forma eficaz para uma grande variedade de finalidades. Como tal, se trata de uma “habilidade genérica” muito importante que permite às pessoas confrontar com eficácia a tomada de decisão, a solução de problemas ou a investigação. Também lhes permitem

¹ Entendemos 'leitura de mundo' pela perspectiva freireana, ou seja, compreender, interpretar e analisar a realidade de forma a criar uma consciência crítica sobre o seu contexto.

responsabilizar-se pela sua própria formação e aprendizagem ao longo da vida e nas áreas de seu interesse pessoal ou profissional.

Assim, atrelado ao conceito de mídia, a competência informacional possui grande contribuição para facilitar o processo de criação da competência midiática, que visa analisar o conteúdo midiático recebido, de acordo com a função da mídia, e tornar indivíduos mais críticos para pensar o mundo e se autoexpressar.

Logo, competências informacionais e midiáticas possuem relação e, apesar das diferentes concepções, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) traz um novo olhar para se pensar e trabalhar com esses dois conceitos - a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI). Trata-se de uma forma otimizadora e essencial para a compreensão do todo do processo de recepção da informação visto que a unificação dos conceitos de competência informacional e competência midiática possibilita a incorporação de elementos de ambas as áreas, auxiliando, assim, no desenvolvimento de habilidades cognitivas, relacionadas à competência informacional, e críticas com estímulo à autonomia relacionadas à competência midiática (Wilson, 2013). Esta definição vai ao encontro ao pensamento de Farias (2017, p. 163), de que “o núcleo do desenvolvimento da competência informacional e midiática é o processo cognitivo para a resolução de problemas por via do pensamento crítico e criativo”, ressaltando a importância da alfabetização midiática para a leitura do mundo.

Nos apropriamos da concepção da UNESCO para tratar das competências midiáticas partindo do ponto de que, como mencionado, apesar de serem conceitos diferentes, em uma sociedade em que a maioria da informação se encontra no aparato midiático, se justifica utilizar o conceito de AMI por se considerar mais completo para a pesquisa.

Deficiência e Mídia

De acordo com Piccolo e Mendes (2013, p. 303), “se é a sociedade que incapacita as pessoas com deficiência, a única forma de estas alterarem tal situação é mediante intensas lutas para transformar o estado atual de forças e assumir controle sobre suas próprias vidas”. Se conecta tal pensamento ao de Gesser, Block e Mello (2020, p. 29), de que “uma perspectiva emancipatória da deficiência precisa se contrapor ao capacitismo e suas relações com outros sistemas de opressão”. Situar a deficiência na perspectiva interseccional emancipa o lugar da pessoa com deficiência nas lutas anticapacitistas”, se nota a importância de, em um contexto midiático, ter autonomia para, mediante a leitura de mundo, reivindicar direitos e colocar em pauta questões centrais para este público, inclusive dentro do aparato midiático.

Como afirma Buckingham (2019, p. 13),

A mídia é uma dimensão central da vida contemporânea - da cultura, da política, da economia e das relações pessoais. A maioria das pessoas concorda que em uma sociedade intensamente mediada, os usuários de mídia precisam se tornar mais autônomos, mais competentes e mais críticos.

Nesse contexto, outra questão crucial é como a experiência da deficiência no mundo é representada nessa sociedade midiaticizada. Sendo as mídias instituições, possuem no seu íntimo uma ideologia. De acordo com Freire (1996, p. 88), “toda comunicação é comunicação de algo, feita de certa maneira em favor ou na defesa, sutil ou explícita, de algum ideal contra alguém, nem sempre claramente referido”. Um exemplo é o ‘Teleton’, uma campanha nacional de doação, veiculado em uma mídia de massa brasileira, na qual o que é mobilizado não é a reivindicação dos direitos e necessidades das pessoas com deficiência, tão pouco alguma ação estatal, mas, sim, a compaixão e a caridade social (Sousa, 2013), atrelando, mesmo que de forma implícita, a ideia do modelo caritativo de deficiência na mente da audiência. Este modelo “vê a pessoa com deficiência como vítima que necessita de caridade, sendo a causa da deficiência uma punição de um ser superior” (Bock & Cunha, 2021), ideal muito presente no discurso midiático. Com isso, é essencial

refletir sobre como as pessoas com deficiência são retratadas na mídia, e, principalmente, como esta (suposta) experiência de mundo é reproduzida nas mentes das audiências. Freire (1996, p. 83) nos diz que “no fundo, a ideologia tem um poder de persuasão indiscutível. O discurso ideológico nos ameaça de anestesiar a mente, de confundir, das coisas, dos acontecimentos”.

É nesse cenário que a AMI se apresenta como uma ponte entre uma leitura crítica do mundo e as mídias, tendo as competências midiática-informacionais como pilares estruturais desta ponte.

Percurso Metodológico

A partir das questões-problema da pesquisa – Quais competências midiáticas são necessárias para o consumo de informação do público com deficiência visual? e como formá-las para uma cidadania mais ativa? – e do referencial teórico utilizado, foram elaborados os instrumentos da pesquisa. Ressalta-se o pensamento de Lopes (2011, p. 47) ao se referir à experimentação com multimétodos e à importância de investigar a recepção, articulando os referenciais teóricos com interpretação dos processos de comunicação. Segundo a autora, “investigar a recepção exige pensar tanto o espaço de produção como o tempo de consumo, ambos articulados pela cotidianidade (usos/consumo/prática) e pela especificidade dos dispositivos tecnológicos e discursivos (gêneros) da comunicação de massa”.

Outro ponto central é o desenvolvimento desta pesquisa tendo as pessoas com deficiência como fonte de informação e participando das três etapas da pesquisa de campo, em especial, na última (grupo focal).

Cabe ressaltar que, por se trabalhar com letramento midiático, optou-se por transcrever as falas dos respondentes de forma literal sem fazer alteração para o padrão da língua portuguesa por considerarmos esta ação uma forma de respeito à liberdade de expressão destas pessoas, em especial, a sua subjetividade e experiência no mundo.

A pesquisa de campo foi realizada no Lar Escola Santa Luzia Para Cegos², uma instituição sem fins lucrativos, localizada no município de Bauru-SP, Brasil, que realiza trabalhos de atendimento às pessoas com deficiência visual. Até a realização desta pesquisa a instituição atendia um total de 82 alunos.

Foram criados um roteiro de entrevista por profundidade, um questionário e um roteiro de grupo focal, todos perpassando os conceitos de mídias, consumo e acesso e comportamento. A análise de conteúdo (Bardin, 2016) foi utilizada para a organização dos dados obtidos nos roteiros e no questionário. Registros em diário de campo também foram utilizados sendo estes oriundos das visitas à instituição para aplicação dos instrumentos citados.

Os roteiros para entrevistas com profissionais da instituição foram criados com o objetivo de levantar as principais mídias usadas, o manuseio dos dispositivos, o consumo e acesso à informação, o comportamento pós-consumo e identificar se estes profissionais atuavam como mediadores entre a mídia digital e o público. As entrevistas foram realizadas presencialmente, a primeira no dia 15 de abril de 2024, com uma assistente social, que está na instituição há 2 anos e trabalha há aproximadamente 16 anos com pessoas com deficiência, sendo esta uma pessoa vidente. Já a segunda foi realizada no dia 6 de maio de 2024, com um profissional de informática, sendo este uma pessoa com deficiência visual, ou seja, também parte do público da pesquisa, formado no curso técnico ‘Informática com Adaptação’, do Senai, e com uma experiência de 17 anos trabalhando com pessoas com deficiência.

Sendo roteiros para entrevistas em profundidade, contou com questões semiestruturadas

² Lar Santa Luzia para Cegos. Lar Santa Luzia para Cegos. <https://larsantaluzia.com.br/>

divididas em 3 seções: mídias, consumo e acesso e comportamento. Em uma das entrevistas, feita com a assistente social, foi adicionada à seção 'Ensino' para entender as práticas pedagógicas da instituição.

Já o questionário, por ter como objetivo mapear o perfil do público (pessoas com deficiência visual), foi dividido em duas seções: a primeira, referente a dados contextuais e pessoais dos participantes, e a segunda, referente a usos de mídia, consumo de informação e comportamento. Ele foi aplicado individualmente nos alunos da instituição no período de 1 a 28 de junho de 2024.

Por fim, foi criado um roteiro para grupo focal, que foi aplicado no período de 7 a 28 de agosto de 2024, seguindo as mesmas seções do roteiro de entrevista (mídias, consumo e acesso e comportamento), com o objetivo de verificar as informações das entrevistas e, principalmente, obter análises dos próprios alunos sobre produtos de mídia (notícias e reportagens) utilizando duas dinâmicas: a primeira, identificando (ou não) capacitismos nos títulos de notícias e a segunda, relacionando reportagens com o seu cotidiano.

Durante as visitas à instituição, foram registradas algumas percepções em diário de campo que acreditamos serem informações complementares. Vale ressaltar que os roteiros e o questionário foram elaborados tendo como base os conceitos-chave de David Buckingham (2003): linguagem, audiência, representação e instituições de mídia, sintetizados no quadro 1.

Quadro 1

Conceitos-chave de alfabetização midiática

Conceito	Proposta
Audiência	Investigar o papel da audiência na formatação de uma mensagem e refletir sobre o poder de persuasão do texto, o poder do receptor e o modo como audiências diferentes se apropriam do mesmo conteúdo de modo diferente.
Linguagem	Compreender que é a linguagem que produz significado, e não uma suposta expressão por si só, e, conseqüentemente, que até mesmo a notícia não é transparente em relação à realidade, mas sim uma recriação de um fato, mediada por forças de caráter técnico, político e simbólico.
Produção	Compreender que as notícias produzidas pelos jornais todos os dias são feitas conforme as normas de um processo institucionalizado aparentemente objetivo, mas que, no fundo, sustenta pressupostos ideológicos.
Representação	Avaliar em que medida a formação de uma identidade pessoal se relaciona com as representações mais comuns nos meios de comunicação e em que medida podemos afirmar que determinadas representações são as verdadeiras ou apenas são tidas como verdadeiras, porque são predominantes na mídia.

Fonte: adaptado de Buckingham (2003).

Descrição e Análises

Na primeira entrevista, ao indagar sobre como é a demanda e o perfil da instituição, a entrevistada contou que:

As pessoas geralmente procuram quando já estão perdendo a visão ou já perderam, já estão em algum grau de isolamento social. Aqui temos profissionais do campo médico (Psicóloga, Terapeuta Ocupacional, Fisioterapeuta), Social (Assistente Social, Pedagoga, Instrutor de Informática, Instrutora de artes) e cuidadoras que podem ir a domicílio prestar o serviço da assistência até os alunos irem estimulando sua autonomia (Assistente social da instituição).

Ao ser questionada se acredita que os alunos têm um bom conhecimento dos direitos das pessoas com deficiência houve a seguinte resposta, sendo possível perceber uma certa participação e contribuição para a temática da acessibilidade na esfera pública:

Uma parte sim, outros a gente que vai dando as orientações para a garantia dos direitos. Inclusive na semana retrasada eu e mais dois alunos tomamos posse e estamos fazendo parte do Conselho Municipal da pessoa com deficiência de Bauru (Assistente social da instituição).

Já quando questionada se ela vê que os alunos reclamam ou ficam bravos ao não conseguirem acessar um aplicativo ou site por falta de acessibilidade, ela afirmou que:

Não ficam bravos, é a falta de acessibilidade de determinados sites que para eles é necessário e que acaba não tendo. Por exemplo, quando você abre um site e vem propaganda, pra eles fica complicado porque o leitor de tela vai fazer uma leitura confusa (Assistente social da instituição).

Já na segunda entrevista, ao questionar o instrutor de informática sobre quais trabalhos ele realizava com os alunos, ele apontou um curso de informática acessível:

O computador já possui um software instalado de leitor de tela. Então o curso passa por conhecer as teclas para o manuseio no meio digital, não usamos o mouse por uma questão técnica: o mouse não tem precisão na sua desenvoltura. Após isso, é trabalhado a digitação no word. Seguimos para a parte de navegação de sistemas, ou seja, criar pastas, entender o que são os arquivos, copiar/colar, depois vamos para navegação na internet, trabalhamos com e-mail, dicionário, bíblia eletrônica e YouTube. Após isso vamos para navegação na internet e busca no Google Chrome. Já na reta final voltamos pro word para fazer a formatação de parágrafos, fontes e arquivos e damos um pouco de noção de Excel. É um curso acessível, mas é um curso básico para uso no trabalho, estudo, entretenimento, etc (Instrutor de informática da Instituição).

Ao ser perguntado se os alunos recorrem aos profissionais da instituição para acessar informações ou pedir ajuda, foi mencionado que os próprios alunos mais experientes no uso dos aparelhos auxiliam os outros, além de apontar que uma das alunas possui um canal no YouTube chamado 'Coisas de cego'³, em que dá orientações sobre acessibilidade mobile.

Um exemplo similar de reciprocidade e auxílio mútuo apareceu na entrevista com a assistente social, ao ser questionada se os alunos conseguem ter um bom manuseio dos dispositivos sem o auxílio dos profissionais, foi respondido que:

Eles próprios ajudam um ao o outro. Hoje mesmo, um aluno não foi no Goalball⁴ (uma das atividades extensionistas da instituição) para auxiliar uma aluna que está recente (na instituição), e ainda não tem a habilidade de mexer no celular. Tem um auxílio mútuo entre eles e poucas vezes eles recorrem à gente (Assistente social da instituição).

Ambos os profissionais relataram que a plataforma YouTube e os aparelhos celular rádio e TV são muito usados para acessar conteúdos pelos alunos. Outro dado que apareceu nas duas entrevistas foi de que apesar de haver um avanço na acessibilidade online, muitas coisas ainda não são totalmente acessíveis. Cabe ressaltar um exemplo trazido pelo instrutor de informática, que também é público da pesquisa, relacionado a conteúdos

3 Coisas de Cego. Canal do YouTube. YouTube. <https://www.youtube.com/@CoisasDeCegoOficial/videos>

4 BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Você conhece o goalball? Sabia que o Brasil é tricampeão mundial? Modalidade é destaque no Jogos Paralímpicos. 6 de agosto de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/voce-conhece-o-goalball-sabia-que-o-brasil-e-tricampeao-mundial-modalidade-e-destaque-no-jogos-paralimpicos>. Acesso em: 27 de junho de 2025.

que exigem verificação lógica para acesso, sendo em muitos casos utilizadas imagens que não possuem audiodescrição, assim, impedindo o acesso pela falta de adequação da verificação lógica. No relato abaixo, esta situação se evidencia, já que é criada uma relação de dependência na qual a pessoa com deficiência precisa compartilhar dados pessoais com terceiros para conseguir realizar o processo, sendo um dos principais entraves na opinião do profissional:

O problema é quando tem aquela confirmação de imagem, sabe? Aquelas letreirinhas em alguns sites pra você poder navegar por eles exigem essa confirmação, daí complica um pouco, fica confuso de conseguir acessar. 'Ah, mas tem áudio, é só ouvir', o áudio é péssimo você não consegue ouvir. A imagem, geralmente o leitor de tela não lê pra você, aí você vai ter que pedir para alguém para conseguir acessar, conseguir se cadastrar é um grande entrave, talvez seja o maior na minha opinião hoje (Instrutor de informática da Instituição).

Já na segunda fase da pesquisa de campo foi utilizado um questionário com objetivo de mapear o perfil do público (pessoas com deficiência visual) contendo 18 perguntas, divididas em duas seções: 'Sobre mim', sendo estas informações pessoais e socioeconômicas de cada aluno e 'Consumo e Acesso', voltada a acesso a mídias e consumo de conteúdos fora da instituição. Ele foi aplicado individualmente no dia 12 de junho de 2024 em uma amostra de 7 pessoas que utilizam mídias digitais, com faixa etária entre 31 a 43, sendo 4 homens e 3 mulheres, em sua maioria com o ensino básico e médio completo, tendo todos já trabalhado em algum momento. Referente à renda mensal, 4 pessoas disseram receber entre R\$1.000 a R\$ 2.000 enquanto 3 pessoas mencionaram receber entre R\$ 2.001 a R\$3.000. A maioria frequenta a instituição há mais de 10 anos.

Quanto à pergunta sobre por que frequentam a instituição, relataram: "Porque eu perdi a visão e foi indicação do assistente social do posto de saúde", "Comecei porque sou uma pessoa com baixa visão e o médico indicou o lar escola" e "Comecei para maior autonomia e ocupação mental e física".

Alguns dados apresentados giraram em torno da autonomia no processo de busca de informações online dos alunos. Ao serem questionados sobre a participação de uma segunda pessoa nesse processo, todos relataram realizar o procedimento sozinhos. Já sobre checagem de conteúdo, 6 afirmaram checar em outros canais digitais (buscador Google e sites). Sobre como se deslocam para a instituição, 6 utilizam transporte público e 1 caminha com bengala.

Quanto a consumir conteúdos online, todas as pessoas relatam usar a plataforma YouTube e as redes sociais Facebook e Instagram, sendo que 5 delas também ouvem podcasts e consomem televisão. Todos têm acesso à internet fora da instituição. Ao serem perguntados se produzem conteúdo para alguma mídia, 6 dos 7 respondentes falaram que sim, sendo as principais Instagram e Facebook. Sobre quais tecnologias assistivas utilizam para usar mídias digitais e acessar conteúdos, eles mencionaram a audiodescrição, Inteligência Artificial e programas de celular, em específico o leitor de telas 'TalkBack'. Por fim, foi perguntado onde os respondentes buscariam uma informação caso precisassem comprar passagens online ou realizar uma reclamação e se já haviam passado ou realizado esses processos. Dos 7 respondentes, 5 relataram já ter passado por isso enquanto 3 relataram ter procurado no Google como realizar a reclamação, 3 buscaram no SAC ou site da empresa, 1 buscou nas redes sociais após não encontrar a informação no site institucional e 1 teria ligado para reclamar.

Cabe ressaltar algumas anotações realizadas em diário de campo. Se percebeu na fase das entrevistas que a instituição possui estrutura adequada para ensino dos alunos com materiais adaptados, acolhimento por parte dos profissionais e atividades artesanais, as quais alguns alunos conseguem vender suas produções feitas na instituição. Na fase de aplicação do questionário, eles se mostraram abertos para temática da pesquisa e curiosos, tendo em um momento, uma das respondentes vindo perguntar ao pesquisador se um

colega (que não havia sido selecionado) poderia participar da pesquisa por ter gostado da temática e ouvido elas comentando, mostrando interesse na temática e na participação da pesquisa. Além disso, se percebeu um companheirismo e forte senso de comunidade entre os alunos, inclusive com brincadeiras em relação à cegueira.

Dada as condições de coleta de dados, o grupo focal - terceira fase da pesquisa de campo - foi realizada no dia 14 de agosto de 2024, com o objetivo de obter e verificar as informações das entrevistas e, principalmente, obter análises dos próprios alunos sobre produtos de mídia (notícias e reportagens) utilizando duas dinâmicas: a primeira, identificando (ou não) capacitismos nos títulos de notícias e a segunda, relacionando reportagens com o seu cotidiano. Ele foi aplicado no mesmo grupo em que se aplicou o questionário, entretanto, houve faltantes o que resultou em uma amostra de 4 pessoas. O quadro 2 indica o perfil dos participantes.

Quadro 2

Perfil dos participantes no grupo focal

Pessoa A	Mulher entre 31 e 43 anos com ensino básico completo. Mora com parceiro. Começou a frequentar a instituição devido a perda da visão e para reaprender a mexer no computador.
Pessoa B	Mulher entre 31 e 43 anos com ensino superior completo. Mora com filhos, a deficiência foi adquirida antes de ter sua filha. Começou a frequentar a instituição para ter maior independência para os cuidados com ela.
Pessoa C	Homem entre 44 a 56 anos com ensino básico completo. Mora sozinho. Frequenta a instituição há mais de 10 anos e começou com o objetivo de ser mais independente.
Pessoa D	Homem entre 18 a 30 anos com ensino básico completo. Mora sozinho. Frequenta a instituição há no mínimo 3 anos e começou para ter maior autonomia e ocupação mental e física.

Fonte: elaborado pelos autores.

Ao serem questionados em uma escala de 1 a 5 sobre seu grau de conhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, sendo 1 pouco e 5 muito, duas pessoas relataram o número 2 e outras duas o número 3. Já ao serem indagados se discutem sobre os direitos das pessoas com deficiência ou assuntos correlatos, houve um consenso que não. Em seguida, foi perguntado se no dia a dia algum membro do grupo já havia consumido ou percebido alguma situação capacitista, tendo um membro apontado que sim: “em grupos no Whatsapp, às vezes você vê alguma publicação, totalmente capacitista. E a gente acaba ficando meio... sei lá, meio perdido em fato de resposta” (Pessoa A).

Dinâmica 1: Identificação de capacitismos em títulos de notícias

Já no momento das análises de produtos de mídia, inicialmente, foi lida a seguinte definição de capacitismo:

É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo e ser desejada, de ter relações sexuais etc.), aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais, como o sexismo, o racismo e a homofobia (Mello, 2016, p. 3272).

Com isso, foi solicitado aos alunos para apontarem se há ou não algum problema em títulos de três notícias e uma reportagem, considerando ou não capacitismo. Os títulos foram: “Justiça eleitoral oferece transporte para eleitores portadores de deficiência”⁵,

5 TV Atalaia. (2022, setembro 26). Justiça eleitoral oferece transporte para eleitores portadores de deficiência [Vídeo]. YouTube.

“Pesquisa avalia atendimento às pessoas com deficiência nas escolas”⁶, “Lei de autoria de Laerte Gomes facilita venda de carro de portadores necessidades especiais”⁷ e “Cegos conseguem independência graças aos avanços da tecnologia”⁸.

Inicialmente, as discussões giraram em torno do conteúdo do título da primeira notícia, tendo apenas um participante apontado haver algum problema, mas de forma geral, o título não foi considerado capacitista ou equivocados. A respeito do segundo e terceiro títulos das notícias, houve um consenso de que não havia nenhum problema. Entretanto, em relação ao último título, houve uma divisão do grupo sobre ser ou não capacitismo, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 3

Discussão sobre ser (ou não) um produto capacitista da mídia.

Participante	Falas após a leitura do título da reportagem
Pessoa C:	Para mim só o título já é capacitismo.
Pessoa B:	Para mim também.
Pessoa A:	Eu não acho não. Por causa da palavra ‘cego’?
Pessoa B:	Como não? Como que a gente consegue independência pela tecnologia? A gente consegue independência sem tecnologia, a gente é independente.
Pessoa A:	Mas você ganha mais independência com a tecnologia.
Pessoa B:	A gente ganha mais, mas não que a gente não seja independente.
	Falas após apresentar a reportagem
Pessoa A:	Essa reportagem eles falam sobre um óculos [...], que eles falam que o cego ‘volta a enxergar com esse óculos’, e não é isso. Ele custa R\$ 14.500 reais, baratinho.
Pessoa B:	Que não custa pro cego e ele não faz o que fala aí.
Pessoa A:	Eu tenho colegas que compraram e tá na gaveta guardado, não presta. E eu acho que juntando o título com a reportagem... é capacitismo, porque ele não vai trazer independência com óculos, nenhum aplicativo dá a total independência.
Pessoa B:	Porque a gente já tem independência, isso só acrescentou no nosso dia a dia e em algumas coisas, mas independência todo cego já tem.
Pessoa A:	E não tem como ser mais independente com um preço desses.

Fonte: elaborado pelos autores.

Ao questionar sobre o uso dos termos “portadores de deficiência”, “pessoas com deficiência” e “portadores necessidades especiais”, houve discussões sobre o termo “portador”, considerando seu uso como ‘falta de informação’ e ‘uma forma errada de escrever’, como mostram os relatos: “antes era falado portador de deficiência, hoje não se fala mais, porque a gente é pessoa antes de ser deficiente, a gente não porta a deficiência” (Pessoa A) e “ninguém porta, se eu portasse uma cegueira eu colocaria ela no cantinho a hora que eu quisesse, aí sim eu estaria portando” (Pessoa B). Ao final, houve um consenso de que apesar do termo “portador” ter conotação capacitista, o título como um todo não era capacitista.

<https://youtu.be/axSqK6dUdho>

6 Ministério Público de Mato Grosso. (2024, agosto 13). Pesquisa avalia atendimento às pessoas com deficiência nas escolas. <https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/145049/pesquisa-avalia-atendimento-as-pessoas-com-deficiencia-nas-escolas>

7 Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. (2023, agosto 28). Lei de autoria de Laerte Gomes facilita venda de carro de portadores necessidades especiais. <https://www.al.ro.leg.br/noticias/lei-de-autoria-de-laerte-gomes-facilita-venda-de-carro-de-portadores-necessidades-especiais>

8 Rede Record. (2018, março 19). Cegos conseguem independência graças aos avanços da tecnologia [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=BklJMaCP2Fw>

Dinâmica 2: Relacionar reportagens com o cotidiano e ‘Leitura de Mundo’

Posteriormente, foram apresentadas reportagens dos Portais de Notícias G1 e CNN Brasil, intituladas: “Empresa de ônibus é condenada por preconceito a cadeirante em Taubaté”⁹, de 2014; “Uber desliga motoristas que recusaram corrida a jovem deficiente visual com cão-guia em Ribeirão Preto, SP”¹⁰, de 2024, “Ministro da Educação diz que há crianças com grau de deficiência em que ‘é impossível a convivência’”¹¹, de 2021; e “Vereadora diz que filho com deficiência é “castigo de Deus” para a mãe”¹², de 2023.

Sobre a primeira reportagem, ao serem perguntados se já teriam passado por alguma situação parecida, não apareceu nenhum relato. Já a segunda reportagem foi discutida, essencialmente, porque um dos participantes passou por uma situação parecida:

Estava chovendo, eu fazia natação na época, eu fui entrar e a minha mãe me colocou por uma porta do carro e entrou pela outra, aí ele falou assim “ah, cês não tão vendo que tem duas portas o carro”, aí a minha mãe falou “a minha filha tem deficiência visual”. Ele me levou até próximo a minha casa, ele não me deixou no meu portão, falou que o carro deu problema só que depois a gente passou no mesmo local que ele tinha deixado e o carro não estava mais ali. Na mesma hora que cheguei em casa, eu reporte para o aplicativo (Pessoa B).

Outro participante relatou não falar sobre a deficiência no aplicativo pelo risco de não encontrar uma corrida, o que remete à barreira atitudinal da deficiência, ou seja, “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência” (Lei nº 13.146, 2015), como mostra o seguinte relato: “tem gente que coloca o nome (no aplicativo) e escreve deficiente visual na frente, eu não coloco porque eles podem recusar só de estar lá” (Pessoa B).

Ao serem questionados se esse tipo de conteúdo (primeira e segunda reportagem) auxiliam a sociedade a entender as dificuldades que o público com deficiência enfrenta, foi relatado que sim: “eu vejo que quando tem esse tipo de divulgação por um lado é ruim pra pessoa que passou, mas por outro é bom para outras pessoas verem e não façam igual, mudem a forma de pensar e de agir” (Pessoa A).

Em relação à notícia “Ministro da Educação diz que há crianças com grau de deficiência em que ‘é impossível a convivência’”, quando perguntado o que achavam da fala do Ministro, os seguintes relatos apareceram: “por mais que tenha um grau que possa dar trabalho, tem auxiliares de acompanhamento para isso” (Pessoa A) e “essa foi uma fala infeliz. Por mais que a criança tenha deficiência não tem que pôr separado, isso é capacitismo” (Pessoa B).

Em relação à última notícia “Vereadora diz que filho com deficiência é “castigo de Deus” para a mãe”, ao serem indagados sobre como se sentiam enquanto público, afirmaram que: “com raiva, mas muitas pessoas pensam dessa forma porque ‘ah, tem uma pessoa com deficiência na família, é um castigo porque a pessoa fez alguma coisa de errado na vida e vai pagar com o filho, neto’” (Pessoa A/B).

Ao perguntar o que o grupo pensava em relação a estas últimas notícias envolvendo um Ministro de Estado e uma Vereadora, se eles acreditavam que o impacto ao consumir aquela notícia era mais forte, foi relatado que sim. Durante as respostas, verificou-se que há uma forte presença da relação de poder entre representantes e representados, além de

9 G1. (2014, março 26). Empresa de ônibus é condenada por preconceito a cadeirante em Taubaté. <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2014/03/empresa-de-onibus-e-condenada-por-preconceito-cadeirante-em-taubate.html>

10 G1. (2024, janeiro 16). Uber desliga motoristas que recusaram corrida a jovem deficiente visual com cão-guia em Ribeirão Preto, SP. <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2024/01/16/uber-desliga-motoristas-que-recusaram-corrida-a-jovem-deficiente-visual-com-caao-guia-em-ribeirao-preto-sp.ghtml>

11 Alves, P. (2021, agosto 6). Ministro da Educação diz que há crianças com grau de deficiência em que “é impossível a convivência”. G1. <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/08/19/ministro-da-educacao-criancas-impossivel-convivencia.ghtml>

12 CNN Brasil. (2023, novembro 1). Vereadora diz que filho com deficiência é “castigo de Deus” para a mãe. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/vereadora-diz-que-filho-com-deficiencia-e-castigo-de-deus-para-a-mae/>

uma visibilidade maior para o primeiro grupo, perceptível nas falas “lógico que o impacto é maior porque eles estão lá em cima, da patente alta. Eles deveriam ser/ter um pouco mais instrução antes de abrir a boca, estudar um pouquinho” (Pessoa A/B) e “eles tem mais visibilidade. Todo mundo tá vendo e ouvindo o que eles tão falando” (Pessoa C).

Para finalizar as discussões, foi perguntado o que o grupo achava da ideia de pessoa com deficiência que era construída nas duas primeiras reportagens (da Empresa de ônibus e da Uber) e desconstruída nas duas últimas (do Ministro e da Vereadora) e o que mudariam se fossem eles quem estivessem produzindo estes materiais sobre eles, o seguinte relato apareceu: “das duas primeiras eu não mudaria nada, mas nas duas últimas eu nem colocaria para rodar” (Pessoa A/B).

Ao analisar os quatro materiais, é possível compreender que nas duas primeiras (da Empresa de ônibus e da Uber) a construção é com foco na luta e reivindicação de direitos de cidadãos (Direito de ir e vir) tendo penalidades quando não respeitados (demissão e processo judicial) além de mostrar falhas de inclusão e acessibilidade na sociedade. Já nas duas últimas (do Ministro e da Vereadora) é possível perceber que as representações atreladas às pessoas com deficiência são as de castigo, peso e trabalho. Esta análise é congruente com a fala de um dos membros do grupo focal ao ser questionado sobre como as pessoas com deficiência são retratadas na mídia: “quando deficiência aparece na mídia, ou é ‘tadinho do cego, ele precisa disso’, ou ‘olha lá, o cego dando trabalho’” (Pessoa A).

As respostas obtidas podem ser analisadas pelas categorias de Buckingham (2003), visto que o autor as apresenta como aplicáveis a qualquer mídia: linguagem, instituições de mídia, representação e audiência (Quadro 1). Percebe-se que, apesar de terem verificado a utilização de termos equivocados (portador), durante toda a discussão foi usado o termo “deficiente” para se referir aos mesmos, considerado academicamente inadequado (Sasaki, 2003), porém, ainda presente no meio social.

É possível notar que o público com deficiência visual participante da pesquisa consegue perceber distorções e manipulações da linguagem, tendo certo nível de competência para as mídias, como mostrado pela análise das notícias e reportagens, porém, é preciso aprimorá-las, visto que distorções mais sutis e implícitas de discurso passaram despercebidas. O mesmo se vê ao analisar a ideia de deficiência na mídia que muitas vezes estava ligada ao modelo caritativo da deficiência e que não foi mencionado em nenhum momento. No que tange à produção e representação, houve um consenso de que quando a pauta da deficiência é tratada na mídia, geralmente é algo negativo, além de perceberem, em certo nível, práticas ideológicas e de interesses por parte da mídia, como mostram os relatos:

Quadro 4

Percepções sobre a deficiência na mídia

Participante	Fala
Pessoa C	Ao mesmo tempo, é ruim porque eles (a mídia) só passam coisas sobre nós só quando é isso, coisas negativas.
Pessoa B	Porque a gente que passa por isso vai atrás pra reclamar e aí a mídia quer por porque sabe que vai ganhar engajamento.
Pessoa A	Quando deficiência aparece na mídia ou é ‘tadinho do cego, ele precisa disso’, ou ‘olha lá, o cego dando trabalho’
Pessoa B	O único lugar que a gente vê que a mídia procura a gente é no que? Quando tem paraolimpíadas, porque daí o deficiente tá lá aí, eles mostram, e ainda assim não mostra tudo.

Fonte: elaborado pelos autores.

Conclusão

Durante toda a pesquisa empírica se percebeu que a instituição desenvolve de certa forma competências informacionais e midiáticas, em especial competências técnicas de manuseio e uso da mídia¹³, sendo elas: conhecimento do layout de teclado do computador, conhecimento de digitação, conhecimento básico de word e excel, uso de e-mail, bíblia eletrônica, YouTube, navegação de sistemas operacionais, navegação na internet e produção de materiais digitais. Porém, não relacionadas ao aspecto crítico, ou seja, produção, acesso e consumo crítico de informação e de leitura de mundo. Verificou-se que algumas competências necessárias para uso de mídias por esse público são: interpretação de discursos e produções midiáticas, pensamento crítico, conhecimento dos direitos e formas legais de denúncia e reivindicação, tal como competência no funcionamento das mídias (ideologia presente nos discursos, tipos de representações, interesses e como são abordados os temas), além de formas de capacitismo e compreensão dos modelos de deficiência. Todas ainda precisam ser fortemente desenvolvidas.

Partindo da análise destas competências necessárias no processo de consumo de informações pelo público com deficiência visual, atreladas aos conceitos-chave de alfabetização midiática, se identifica que um caminho para desenvolvê-las é pela formação crítica dos sujeitos, no qual consiga realizar uma leitura crítica do seu lugar e temas que o envolvem no mundo. No caso do público com deficiência visual (cegueira e baixa visão), é necessário garantir mecanismos para o acesso total de informações midiáticas, mas também, trabalhar essencialmente com os conceitos de linguagem e representação deste público, sendo possível notar estes pontos a partir do trabalho realizado.

O público participante da pesquisa possui um grau elevado de autonomia no processo de busca de informações online e de locomoção para a instituição e um forte senso de comunidade e auxílio mútuo com a tecnologia, porém, pela falta de acessibilidade online, acabam recorrendo a terceiros, mesmo que pontualmente, para o acesso à informação, criando mesmo que de forma sutil, uma relação de dependência. Os profissionais são mediadores pontuais entre mídia digital e o público. Além disso, é possível afirmar que a falta de acessibilidade online ocasiona um atraso no desenvolvimento de competências midiáticas, visto que permite um acesso parcial do público a informações e conteúdos midiáticos.

Outro resultado desta pesquisa, é a identificação de competências midiáticas como uma tecnologia assistiva (TA) para esse público, partindo da definição da Lei brasileira nº 13.146 sobre TA.

Verificou-se, ainda, que a ideia de deficiência na mídia, muitas vezes, está relacionada ao modelo caritativo da deficiência, sendo percebido de forma sutil e indireta em algumas análises do grupo focal.

Os dados obtidos podem contribuir para futuras pesquisas e práticas pedagógicas emancipatórias que considerem o impacto da mídia e suas representações na sociedade, sobretudo, para um público com histórico de exclusão e que ainda hoje, apesar de respaldo legal, não tem seus direitos totalmente atendidos, além dos estereótipos, preconceitos e barreiras presentes na sociedade, alguns deles, reafirmados pela mídia.

Referências

- Almeida, L. B. C., Fernandes, J. P. Q. X., & Cerigatto, M. P. (2021). Educomunicação e inclusão: uma proposta junto a indivíduos com deficiência visual. *Revista Culturas Midiáticas*, 15, 266–288. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2763-9398.2021v15n.59841>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (4ª ed.). Lisboa: Edições 70.

¹³ Entendemos competência técnica como todos os conhecimentos, habilidades, métodos e práticas que auxiliam no uso e manipulação de uma mídia.

- Böck, G. L. K., & Cunha, C. K. A. (2021). As concepções de deficiência na educação básica brasileira. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, 9(2), 1–21. <https://doi.org/10.47456/cadecs.v9i2.38409>
- Bock, G. L. K., Gesser, M., & Nuernberg, A. H. (2020). O desenho universal para aprendizagem como um princípio do cuidado. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, 16(2), 361–380. <https://doi.org/10.5965/1984317815022019361>
- Bruce, C. S. (2003). Las siete caras de la alfabetización en información en la enseñanza superior. *Annales de Documentación*, 6, 289–294. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63500619>
- Buckingham, D. (2003). *Media education– literacy, learning and contemporary culture*. Cambridge: Polity Press
- Buckingham, D. (2019). *The media education manifesto*. Cambridge, UK; Medford, USA: Polity Press.
- Diniz, D. (2007). *O que é deficiência*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Farias, G. B. (2017). Competência informacional e midiática no ensino de biblioteconomia: Apontamentos para o contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 13, 111–135. <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/665>
- Ferrés, J., & Piscitelli, A. (2015). Competência midiática: Proposta articulada de dimensões e indicadores. *Lumina*, 9(1). <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21183>
- Freire, A. M. A. (2015). A leitura do mundo e a leitura da palavra em Paulo Freire. *Cadernos CEDES*, 35(96), 291–298. <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622015723767>
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Gesser, M., Bock, P., & Mello, A. G. (2020). Estudos da deficiência: Interseccionalidade, antipacitismo e emancipação social. In M. Gesser, G. L. K. Böck, & P. H. Lopes (Orgs.), *Estudos da deficiência: Antipacitismo e emancipação social* (pp. 17–35). Curitiba: CRV.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *Pessoas com deficiência: 2022*. Biblioteca IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2102013>
- Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. (1991). Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília.
- Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências). Brasília.
- Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. (2015). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília.
- Leite, F. P. A., & Luvizotto, C. K. (2017). Participação, acessibilidade digital e a inclusão da pessoa com deficiência. *Conpedi Law Review*, 3(2), 240–261. <https://indexlaw.org/index.php/conpedireview/article/view/3718>
- Lopes, M. I. V.. (1996). Pesquisas de recepção e Educação para os Meios. *Comunicação & Educação*, 6, 41–46. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i6p41-46>
- Mello, A. G.. (2016). Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10), 3265–3276. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>
- Piccolo, G. M., & Mendes, E. G. (2013). Sobre formas e conteúdos: A deficiência como produção histórica. *Perspectiva*, 31(1), 283–315. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175795X.2013v31n1p283>
- Sassaki, R. K. (2003). Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In V. Vivarta (Coord.), *Mídia e deficiência* (pp. 160–165). Brasília: Andi/Fundação Banco do Brasil.
- Sousa, J. B.. (2013). Ciberativismo e cidadania: Apontamentos sobre o uso de redes sociais pelas pessoas com deficiência e os seus coletivos. In *Anais da 9ª Conferência Brasileira de Mídia Cidadã* (pp. 1–14). Paraná: Conferência Brasileira de Mídia Cidadã
- Wilson, C., et al. (Orgs.). (2013). *Alfabetização midiática e informacional: Currículo para formação de professores* (2ª ed.). UNESCO; Elsevier. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000220418>